

tão da duração histórica por intermédio de um sistema de encaixamento de estruturas sucessivas, se não se mostrar como de uma estrutura passamos a outra. Esta, porém, é uma dificuldade que atinge não apenas o problema de sua sucessão, mas também o de sua existência, como condição de realidade do fenômeno.

Seja qual fôr porém a direção em que nos encaminhamos, é preciso convir que a obra de Lévi-Strauss é uma peça essencial na discussão desses problemas. E a nosso ver aqui está seu grande mérito. Não se limita a propor soluções para problemas específicos da Antropologia, mas subordina a própria existência da Antropologia como ciência a uma problemática muito mais geral que até agora era apenas objeto da preocupação dos filósofos. Não é inútil lembrar então que são pouquíssimas as obras científicas que tiveram a grandeza de constituir-se num marco inesquecível do desenvolvimento do saber.

J. Arthur Gianotti

GEORGE M. FOSTER: *Traditional Cultures and the Impact of Technological Change*.
xiii + 292 págs. Harper Brothers, Publishers. Nova Iorque, 1962.

Poucos antropólogos têm tido participação tão ativa no campo da antropologia aplicada quanto George M. Foster. Em 1951, após um período de ensino e pesquisa no México, para onde foi enviado pela Smithsonian Institution, participou, com Kallervo Oberg, Charles S. Erasmus, Isabel Kelly e Ozzie Simmons, de uma análise dos resultados dos programas de saúde pública estabelecidos com a ajuda dos Estados Unidos em diversos países latino-americanos. Sua colaboração nesse trabalho provocou um convite do governo norte-americano para participar de um projeto mais amplo de avaliação de todo o programa de empreendimentos de melhoria da saúde pública desenvolvido pelos Estados Unidos junto aos países da América Latina. Após essa experiência, foi consultor da delegação americana à 5a. assembléia da Organização Mundial de Saúde; membro do Comitê Consultivo de Saúde do Ponto IV; consultor da Divisão de Desenvolvimento de Comunidades da "International Cooperation Administration" na Índia, no Paquistão e nas Filipinas; e professor especial dos voluntários do Corpo da Paz para a Colômbia. Além disso, como professor da Universidade da Califórnia, teve ocasião de sistematizar e transmitir sua experiência através de cursos e seminários sobre mudança cultural.

Este livro traduz essa experiência e a orientação que lhe é subjacente. Destina-se, primordialmente, a um público de técnicos governamentais e membros de organizações internacionais. Procura transmitir a leigos em antropologia uma idéia do ponto de vista antropológico em face de problemas de mudança cultural provocada, mostrando a colaboração que essa disciplina pode prestar para o êxito de uma intervenção.

A linguagem extremamente clara, o estilo agradável, a habilidade de colocar em termos acessíveis conceitos científicos precisos e a enorme quantidade de exemplos interessantes são qualidades que tornam o livro extremamente adequado ao fim que se propõe: fazer uma apresentação simples, mas não simplista, do conhecimento e da experiência da antropologia aplicada.

Os quatro primeiros capítulos procuram explicar os conceitos antropológicos essenciais para a compreensão do processo de mudança cultural, apresentando-os de tal modo que se chegue a compreender a perspectiva da qual o antropólogo parte para estudar os problemas encontrados pelos administradores.

Os dois capítulos iniciais incluem uma discussão dos conceitos de cultura e sociedade, uma breve análise de alguns aspectos principais do conceito de cultura e a de-

finição da mudança cultural. Sobre esta base, o autor apresenta certas características mais gerais do processo de mudança cultural, tal como se manifestam nas situações de contacto com a civilização ocidental em expansão, realçando a importância das zonas urbanas como foco de mudança e as conseqüências amplas da integração de comunidades relativamente isoladas numa economia de mercado.

O capítulo 3.^o é um dos mais interessantes. Discutindo as características das comunidades rurais tradicionais, o autor entra em assunto do qual possui indiscutível domínio e é capaz de produzir uma síntese que revela profundo conhecimento da mentalidade e da estrutura da vida de aldeia. Inicialmente, aponta a importância dos estudos de comunidade tanto do ponto de vista imediato da ação, quanto do ponto de vista científico, mostrando a semelhança estrutural profunda subjacente à diversidade cultural manifesta nas comunidades rurais. "As comunidades camponesas representam a expressão rural das civilizações pré-industriais economicamente complexas, com estrutura de classe, nas quais o comércio e a especialização artesanal são bem desenvolvidas, onde a moeda é utilizada comumente e onde a produção para o mercado é o objetivo de uma parte do esforço do produtor. A cidade é a principal fonte de inovação para comunidades desse tipo e retém as rédeas políticas, religiosas e econômicas" (págs. 46-47). "Os povos primitivos atuais que entraram em contacto com o mundo industrial neste século, jamais serão camponeses — uma civilização industrial requer ajustamentos que não incluem um campesinato. De modo semelhante, as comunidades camponesas atuais representam uma sobrevivência cultural de um período pré-industrial e por fim terão de desaparecer, simplesmente porque o elemento camponês é logicamente inconsistente com uma era industrial" (pág. 47).

Partindo desse ponto de vista, o autor aponta duas características fundamentais que definem a comunidade camponesa. Em primeiro lugar, a dependência e impotência ante o mundo exterior. Ao contrário dos chamados povos primitivos, a comunidade rural não é auto-suficiente nem do ponto de vista econômico, nem do político, nem do religioso, e está sujeita a influências e diretivas que não pode controlar. A segunda característica é a improdutividade. A comunidade rural é vítima do tradicionalismo da técnica, que não permite um aumento da produtividade e coloca um problema insolúvel ante o incremento natural da população, que apenas pode ser absorvido pela migração ou pelo empobrecimento interno. A tensão econômica provoca tensão social e leva a um individualismo interno, compensado apenas pela cooperação no nível familiar. A tensão social e o individualismo são vistos como mecanismos de controle para a distribuição equitativa dos recursos escassos.

No 4.^o capítulo, que encerra essa primeira parte, o autor procura apresentar o que ele chama de "a dinâmica da mudança", numa colocação um tanto simplificada, mas talvez justificável do ponto de vista dos objetivos do trabalho. A dinâmica da mudança é vista como um conjunto de fatores opostos e em equilíbrio numa dada cultura: as barreiras e os estímulos da mudança. Uns e outros podem ser conceitualizados como primordialmente culturais, sociais ou psicológicas. O autor insiste no caráter analítico da distinção entre barreiras e estímulos, que são geralmente apenas duas faces da mesma moeda. Menos explícito é o corolário de que os aspectos culturais, sociais e psicológicos são outros tantos modos de apreender uma realidade que é única.

A segunda parte do livro trata da mudança provocada. Aborda-se aí cada um dos itens determinados pela conceituação dada no capítulo quarto. Assim, os capítulos seguintes são intitulados respectivamente: "Barreiras culturais à mudança"; "Barreiras sociais à mudança"; "Barreiras psicológicas à mudança"; e "Estímulos da mu-

dança”, em que os fatores culturais, psicológicos e sociais são analisados em subdivisões. Em cada capítulo trata-se dos respectivos problemas freqüentemente encontrado em situações concretas de mudança orientada. Os aspectos teóricos, embora de modo geral subordinados aos problemas práticos, não são esquecidos.

A maneira de encarar os diferentes aspectos a serem considerados na situação de mudança planejada indica a familiaridade do autor com os problemas concretos e uma visão ampla dos fatores que influem na realidade que se deseja transformar. Entre os elementos discutidos podemos ressaltar a comunicação e a utilização de símbolos, a diferença de percepção de uma situação por portadores de culturas diferentes ou por membros de classes distintas, e os conflitos de valores e de interesse necessariamente presentes em uma sociedade estratificada. Nessa abordagem, mais detalhada, a separação em temas que norteia a divisão dos capítulos revela-se difícil de ser mantida, desde que os casos concretos envolvem necessariamente os três aspectos distinguidos pelo autor: o cultural, o social e o psicológico. A maioria dos exemplos, em que a exposição é muito rica, poderia ser aproveitada para qualquer dos temas. É pena que o autor não insista nesse caráter total da realidade, que torna tão precária nas situações concretas a separação dos aspectos analiticamente distinguíveis. Em especial quando se procura influir na mudança é que a abordagem totalizadora se torna imprescindível.

O capítulo 9.^o aborda as dificuldades de ajustamento a uma cultura diferente, das quais são vítimas não apenas os técnicos, mas os próprios antropólogos. Foster aponta aqui uma das características mais gerais de qualquer empreendimento que envolva a participação de membros de uma cultura estrangeira — o longo período de adaptação que se faz necessário antes que o trabalho se torne profícuo. O reconhecimento de tal fato deve, necessariamente, fazer parte de qualquer planejamento de ação em sociedade culturalmente distinta da dos inovadores.

Os dois capítulos seguintes procuram mostrar como o antropólogo concebe e realiza sua tarefa. O autor realça de início o ponto de vista característico da posição do antropólogo e que consiste na tentativa de ver a cultura “de dentro”, isto é, na perspectiva dos seus portadores. Aponta os instrumentos de que o antropólogo dispõe para essa tarefa e que consistem num corpo teórico e num conjunto de dados concretos sobre culturas particulares. Demonstra, ainda, as técnicas da pesquisa de campo: a entrevista em profundidade, que permite estabelecer os elementos de um sistema, os quais não podem ser determinados *a priori*, e que procura relacionar cada instituição ou elemento da situação considerada com o padrão cultural total. Mais ainda, em situação de mudança cultural provocada, o antropólogo procura compreender não só a cultura nativa, mas também a dos técnicos, como a relação entre ambas.

Discutindo os diferentes momentos da ação do antropólogo nas situações de mudança, a saber, estudo preliminar, planejamento, análise e avaliação, Foster procura demonstrar que a participação do antropólogo em todos os passos da ação permite não só uma intervenção mais eficiente, mas resultados frutíferos também do ponto de vista científico.

Os problemas da cooperação entre o cientista social e os técnicos e administradores dos programas de interferência na realidade social, tratados no capítulo 12.^o, resumem-se em grande parte na necessidade de comunicação efetiva entre uns e outros. Dentre as possíveis posições do antropólogo em face de uma organização administrativa, advoga-se uma posição definida, que assegure àquele uma participação efetiva na organização e que, inclusive, estabeleça e determine a responsabilidade das

decisões. De modo geral, procura-se explicar o papel do antropólogo aos administradores e vice-versa.

No capítulo final Foster focaliza um tema crucial da participação do antropólogo em programas de mudança cultural provocada, o problema ético. Partindo do reconhecimento da presença necessária de elementos não-científicos nesse tipo de situação, insiste em que, embora a ciência não possa responder a questões de natureza filosófica, ela pode indicar as conseqüências de decisões baseadas em tais ou quais princípios éticos.

Os aspectos éticos da ação do antropólogo são analisados de três pontos de vista. Em primeiro lugar, a responsabilidade com relação à população estudada, o que envolve a necessidade de proteção dos informantes e o caráter sigiloso das informações. Depois, a responsabilidade científica de publicar os conhecimentos adquiridos. Finalmente, a da participação no projeto e nas decisões que irão influir no destino da sociedade estudada. Dentro desse esquema geral, discutem-se, de um lado, o "conservantismo" que parece caracterizar o antropólogo e, do outro, o reconhecimento de que a mudança é não só inevitável, como freqüentemente desejada. Com referência à posição de Sol Tax, que pretende atribuir a responsabilidade das decisões às próprias comunidades, Foster demonstra que os povos não são livres de tomar decisões, pois a mudança depende de fatores alheios ao seu contrôle. Ademais, as aspirações das populações em mudança são em geral contraditórias; envolvem de um lado, a aceitação dos benefícios de uma civilização industrial (abundância de bens de consumo, assistência social etc.); de outro, uma recusa em promover as condições necessárias para a mudança e em aceitar as conseqüências inevitáveis dessa transformação (competição econômica acentuada, disciplinação das taxas de lucro e do aparelho administrativo, transformação da estrutura familiar etc.). Não se procura, porém, mostrar que o conflito de aspirações é, em grande parte, manifestação de outro, entre interesses de classe.

Um aspecto central do problema ético não é abordado, a não ser implicitamente. É o das implicações políticas dos próprios programas de desenvolvimento técnico ou de assistência social e da conveniência ou não de se agir apenas no nível dos sintomas de uma estrutura política, social e economicamente arcaica, e de se contribuir talvez para a manutenção do *status quo* que origina êsses sintomas.

Eunice Ribeiro Durham

HIROSHI SAITO: *O Japonês no Brasil*. 238 págs. Editôra Sociologia e Política. São Paulo, 1961.

Esperávamos com grande interêsse êste trabalho do Prof. Saito, por ser a primeira tentativa de estudar a imigração japonesa em seu conjunto. O livro reúne dados de diferentes pesquisas, realizadas nas diferentes regiões brasileiras em que êstes imigrantes se localizaram e acrescenta a esta síntese resultados de trabalhos de campo do autor, conseguindo uma obra equilibrada e muito informativa.

Até agora, tôda a pequena bibliografia sôbre os japoneses no Brasil compunha-se quase que exclusivamente de trabalhos sôbre áreas especiais; neste livro toma-se a imigração como fenômeno global, examinando-se ao mesmo tempo as suas condições, as suas causas e as peculiaridades do ajustamento e do sucesso alcançado pelo japonês no Brasil.

A falta de informações comparáveis foi o maior obstáculo que o autor enfrentou e que só pôde ser superado graças à sua rica experiência de pesquisas de campo e ao uso de uma série de documentos em japonês ainda não explorados.